



PREFEITURA MUNICIPAL  
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO  
[www.saocarlos.sp.gov.br](http://www.saocarlos.sp.gov.br)

## ATOS OFICIAIS PODER EXECUTIVO



Prefeitura Municipal de  
**São Carlos**

### LEIS

#### LEI N° 17.729 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016.

Cria o Sistema de Captação e aproveitamento de água de chuva e institui a sua obrigatoriedade nos imóveis localizados no Município e dá outras providências.  
(Autor: Benedito Matheus Filho - Vereador - PMDB)  
O Prefeito Municipal de São Carlos faz saber que a Câmara Municipal de São Carlos aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:  
Art. 1º Fica criado o Sistema de Captação e aproveitamento de água da chuva, tendo por objetivo a instalação de reservatórios para captação e utilização de águas pluviais não tratadas em imóveis residenciais e comerciais.  
Parágrafo único. Funda-se a presente Lei nos seguintes princípios:

- I - do uso racional dos recursos naturais;
- II - do combate ao desperdício de água;
- III - da preservação do meio ambiente, dever conjunto do Estado e dos cidadãos.

Art. 2º É vedada a utilização da água de chuva não tratada captada pelo sistema de captação e aproveitamento para consumo pessoal, nas práticas de higiene pessoal e do preparo de alimentos.

Parágrafo único. Observadas as vedações estabelecidas no caput, a destinação da água de chuva captada pelo Sistema de Captação e Aproveitamento será livremente definida pelo proprietário do imóvel, podendo ser utilizada para:

- I - descarga em vasos sanitários;
- II - irrigação de jardins;
- III - lavagens de veículos;
- IV - limpeza de paredes e pisos em geral;
- V - limpeza e abastecimento de piscinas;
- VI - lavagem de passeios públicos - calçadas;
- VII - lavagem de peças;
- VIII - outras utilizações para as quais não seja necessário água potável.

Art. 3º Os proprietários de imóveis que tenham construções residenciais ou comerciais, com área igual ou superior a 140 m<sup>2</sup> (cento e quarenta metros quadrados) deverão implementar junto a tais construções o Sistema de Captação e Aproveitamento de água da chuva.

§ 1º Deverá ser instalado um sistema de dutos ou instrumentos similares que conduza a água captada por telhados, coberturas e terraços, a um reservatório com capacidade mínima de 2.000 (dois mil) litros, localizado no imóvel.

§ 2º Faculta-se ao proprietário do imóvel, na forma do artigo anterior, a utilização da água de chuva captada em outras finalidades, caso em que o reservatório mencionado no § 1º poderá ser livremente localizado, podendo ser utilizados: I - filtros de descida e caixas d'água acima do solo, para soluções mais simples; II - cisternas e filtros subterrâneos, para soluções mais completas de reutilização da água captada, instalados dispositivos para remoção de detritos.

§ 3º Devem constar no projeto arquitetônico a indicação do local a ser instalada a cisterna de captação de água chuva e a memória de cálculo do volume, sendo que o não cumprimento destas disposições implica na negativa de concessão da aprovação do projeto e consequentemente do alvará de construção.

Art. 4º Para melhor e mais eficiente cumprimento do artigo anterior, fica autorizada a edição de normas complementares.

Art. 5º A não implementação do sistema de captação e aproveitamento de água de chuva na forma dos dispositivos anteriores acarretará na impossibilidade de expedição do "Habite-se" pelo órgão público competente, como forma de sanção pelo descumprimento desta Lei.

Art. 6º Para a perfeita aplicação desta Lei, deverão ser observadas todas as NBR's aprovadas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Art. 7º A aplicação desta Lei restringe-se aos imóveis novos cujo projeto de construção, à época da publicação desta Lei, ainda não tenham sido protocolados no setor competente do Município.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor após o prazo de cento e oitenta dias a contar da data de sua publicação.

São Carlos, 10 de fevereiro de 2016.

PAULO ALTOMANI  
Prefeito Municipal

# SÃO CARLOS Diário Oficial

Sexta-feira, 6 de maio de 2016 • Ano 8 • N° 921

WALDOMIRO ANTONIO BUENO DE OLIVEIRA  
Secretário Municipal de Governo  
Registre-se na Divisão de Expediente e Publique-se  
(republicada por haver saído com incorreções na edição de 01/03/16)

#### LEI N° 17.815 DE 27 DE ABRIL DE 2016.

Institui o "Dia do Corretor de Seguros" no Município.  
(Autor: Walciny Bragatto - Vereador - PV)  
O Prefeito Municipal de São Carlos, faz saber que a Câmara Municipal de São Carlos aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:  
Art. 1º Fica instituído no Município o "Dia do Corretor de Seguros" que será dignamente comemorado no dia 12 de Outubro de cada ano.  
Art. 2º A Câmara Municipal de São Carlos realizará, anualmente, na semana do dia 12 de Outubro, Sessão Solene para homenagear o(a) "Corretor(a) de Seguros do Ano" que receberá o título de "Agente do Bem Estar Social do Ano e também o(a) "Corretor(a) de Seguros Homenageado(a)" que receberá o título de "Agente do Bem Estar Social Homenageado".  
Art. 3º Cabera ao Sindicato dos Corretores de Seguros Regional de São Carlos, designar o(a) "Corretor(a) de Seguros do Ano" e o "Corretor(a) de Seguros Homenageado(a)" entre os(as) profissionais que atuam na cidade de São Carlos.  
Art. 4º As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de verba própria orçamentária da Câmara Municipal de São Carlos.  
Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
São Carlos, 27 de abril de 2016.  
PAULO ALTOMANI  
Prefeito Municipal  
WALDOMIRO ANTONIO BUENO DE OLIVEIRA  
Secretário Municipal de Governo  
Registre-se na Divisão de Expediente e Publique-se

#### LEI N° 17.816 DE 27 DE ABRIL DE 2016.

Institui Programa de Combate e Prevenção à Dengue, do Vírus "Chikungunya" e do "Zika" Vírus no Município e dá outras providências.  
(Autor: Comissão de Legislação, Justiça e Redação - Laide das Graças Simões, Roseli Francoso e Rodson Magno do Carmo)  
O Prefeito Municipal de São Carlos, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:  
Art. 1º Fica instituído, no Município de São Carlos, o Programa de combate e Prevenção à Dengue, do vírus "Chikungunya" e do "Zika" Vírus, a ser coordenado pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as disposições desta Lei.  
Art. 2º Os proprietários ou possuidores a qualquer título de imóveis, regularmente habitados ou não, e os responsáveis por estabelecimentos públicos e privados, exploradores de atividades comerciais, industriais ou prestadores de serviços, deverão manter os terrenos e as edificações em geral constantemente limpos, sem acúmulo de lixo e materiais inservíveis, com o intuito de evitar a proliferação do mosquito do gênero "Aedes aegypti", transmissor da Dengue, Vírus "Chikungunya" e "Zika" Vírus, devendo, para tanto, não excluídas outras ações preventivas não alcançadas por esta Lei, ser observado o seguinte:  
I - ficam os responsáveis por borracharias, empresas de recachutagem, desmanches, depósitos de veículos, empresas ou cooperativas de reciclagem e outros estabelecimentos afins, obrigados a adotar medidas que visem a evitar a existência de criadouros dos vetores citados no "caput";  
II - ficam os responsáveis por cemitérios obrigados a exercer rigorosa fiscalização em suas áreas, determinando a imediata retirada de quaisquer vasos ou recipientes que contenham ou retêm água em seu interior, permitindo o uso, apenas, daqueles que contenham terra;  
III - ficam os responsáveis por obras de construção civil e por terrenos obrigados a adotar medidas tendentes à drenagem permanente de colecções líquidas, originadas ou não por chuvas, bem como a limpeza de áreas sob sua responsabilidade, providenciando o descarte de materiais inservíveis que possam acumular água;  
IV - ficam os responsáveis por imóveis dotados de piscinas, fontes e tanques de qualquer natureza obrigados a manter tratamento adequado da água de forma a não permitir a instalação ou proliferação de mosquitos;  
V - nas residências, nos estabelecimentos comerciais ou industriais, em instituições públicas e privadas, bem como em terrenos, nos quais existam caixas d'água ou outros reservatórios, ficam os responsáveis obrigados a mantê-los permanentemente tampados, com vedação segura, impedindo a proliferação de mosquitos.  
Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, entende-se como responsáveis por estabelecimentos públicos municipais, os prepostos nomeados da unidade.  
Art. 3º Nos estabelecimentos que comercializam produtos de consumo imediato, contidos em embalagens descartáveis, ficam obrigados a instalar, nos próprios estabelecimentos, em local de fácil acesso e visualização, além de devidamente sinalizados, recipientes suficientes para o descarte.  
§ 1º As embalagens descartáveis armazenadas deverão ser encaminhadas, pelos estabelecimentos comerciais, a entidades públicas ou privadas, cooperativas e

associações que recolham materiais recicláveis.  
§ 2º Os estabelecimentos referidos no "caput" deste artigo terão o prazo de trinta dias, a contar da data da publicação desta Lei, para se adaptarem à norma ora instituída.

Art. 4º Os responsáveis pelos estabelecimentos industriais que armazenam, guardam ou comercializam produtos descartáveis ou inservíveis, ficam obrigados a instalar, nos próprios estabelecimentos, locais apropriados, de fácil acesso e visualização, além de devidamente sinalizados, recipientes suficientes para a sua manutenção e descarte.

§ 1º Os materiais inservíveis recicláveis armazenados deverão ser encaminhados, pelos estabelecimentos industriais, a entidades públicas ou privadas, cooperativas e associações que recolham materiais recicláveis.

§ 2º Os estabelecimentos referidos no "caput" deste artigo terão o prazo de trinta dias, a contar da data da publicação desta Lei, para se adaptarem à norma ora instituída.

Art. 5º O Poder Público Municipal promoverá ações de fiscalização administrativa, visando impedir hábitos e práticas que exponham ou possam colocar a população em risco de contrair doenças relacionadas ao "Aedes aegypti", "Aedes albopictus" e/ou "Aedes flavivirus".

Art. 6º Quando for constatada infração às disposições desta Lei, em casos de imóveis ou estabelecimentos inabitados, previamente notificados dentro do prazo de cinco dias, além dos casos onde houver recusa injustificada da fiscalização, será lavrado um auto de infração, para cumprimento em dez dias, a se contar da data de sua emissão ou da data da publicação do edital, quando o responsável não for encontrado.

§ 1º As infrações às disposições constantes nesta Lei classificam-se em:

I - leves, quando detectada a existência de um a dois focos de vetores;

II - médias, de três a quatro focos;

III - graves, de cinco a seis focos;

IV - gravíssimas, de sete ou mais focos.

§ 2º No auto de infração serão impostas as seguintes multas:

I - para as infrações leves: R\$ 200,00 (duzentos reais);

II - para as infrações médias: R\$ 400,00 (quatrocentos reais);

III - para as infrações graves: R\$ 600,00 (seiscientos reais);

IV - para as infrações gravíssimas: R\$ 800,00 (oitocentos reais).

§ 3º No auto de infração mencionado no "caput" deverá obrigatoriamente constar as seguintes informações:

I - data e horário em que foi apurada a irregularidade;

II - identificação do proprietário do imóvel;

III - a indicação do logradouro e do número do imóvel autuado;

IV - o nome e matrícula do agente sanitário responsável pela autuação;

V - reprodução fotográfica das irregularidades constatadas pela fiscalização.

§ 4º Em havendo a repetição de infração prevista neste artigo, será considerada ocorrida reincidência, sendo as multas aplicadas no seu valor em dobro.

§ 5º Os valores das multas previstas neste artigo serão anualmente atualizadas com base no índice IPCA/IBGE.

Art. 7º A Prefeitura poderá, nos casos de imóveis e estabelecimentos inabitados, independentemente das sanções previstas nesta Lei, executar os serviços necessários ao combate e prevenção à dengue, inclusive com abertura de muro e sua construção ou reconstrução, desde que devidamente notificado dentro do prazo de cinco dias, correndo as despesas por conta do proprietário, acrescidas de 100% (cem por cento) de seu valor a título de administração.

Parágrafo único. A reconstrução prevista no "caput" deve preservar as características originais do imóvel.

Art. 8º A detecção dos focos e a notificação ao proprietário do imóvel ou seu preposto, bem como a verificação do cumprimento da referida notificação será efetuada pelos agentes da Vigilância Epidemiológica - VIGEP ou órgão que a vier a suceder, e expedição da notificação e a lavratura do respectivo Auto de Infração será efetuada pela Secretaria Municipal de Saúde, através da Divisão de Vigilância Sanitária - VISAM ou órgão que vier a suceder.

Art. 9º A arrecadação proveniente das multas oriundas da aplicação da presente Lei será destinada integralmente ao Fundo Municipal da Saúde.

Art. 10. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Carlos, 27 de abril de 2016.

PAULO ALTOMANI

Prefeito Municipal

WALDOMIRO ANTONIO BUENO DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Governo

Registre-se na Divisão de Expediente e Publique-se

#### LEI N° 17.817 DE 27 DE ABRIL DE 2016.

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar na Fundação Pró-Memória de São Carlos.

O Prefeito Municipal de São Carlos faz saber que a Câmara Municipal de São Carlos aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar na Fundação Pró-Memória de São Carlos, no valor de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil





Art. 3º O exercício de transporte clandestino ou irregular de passageiros sujeita o infrator à:  
I - Infração: média;  
II - Penalidade: multa equivalente a 100 (cem) UFESP - Unidade Fiscal do Estado de São Paulo;  
III - Medida Administrativa: retenção do veículo.

§ 1º Na hipótese de reincidência, o valor da multa será de 200 (duzentos) UFESP.  
§ 2º Quando a irregularidade puder ser sanada no local da infração, o veículo será liberado tão logo seja regularizada a situação.  
§ 3º As sanções descriptas neste Decreto não afastam a incidência de outras infrações e penalidades previstas na legislação de trânsito.  
Art. 4º Constatada a atividade de transporte clandestino ou irregular de passageiros, o agente da fiscalização lavrará o "Auto de Infração por Transporte Ilegal de passageiros - AITIP".  
§ 1º Certificado pelo agente da fiscalização, no AITIP, que o condutor e/ou proprietário foi identificado no momento da autuação do veículo por estar realizando transporte clandestino ou irregular de passageiros, não haverá expedição da "Notificação de Infração por Transporte Ilegal ou Irregular de Passageiros - NITIIP", contando desta data o prazo para recurso e o pagamento da multa.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
São Carlos, 3 de maio de 2016.

**PAULO ALTOMANI**  
Prefeito Municipal  
Registre-se na Divisão de Expediente e Publique-se  
DOUGLAS MARANGONI DOS SANTOS  
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

### **DECRETO N° 110 DE 4 DE MAIO DE 2016**

INTEGRA MEMBRO AO CONSELHO GESTOR DA PRAÇA DO COMÉRCIO.  
PAULO ALTOMANI, Prefeito Municipal de São Carlos, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto no artigo 20 do Decreto Municipal nº 171, de 5 de novembro de 2003, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8.773/03,  
DECRETA  
Art. 1º Fica o senhor RODOLFO TIBÉRIO PENELA integrado ao Conselho Gestor da Praça do Comércio, constituído pelo Decreto nº 284, de 8 de dezembro de 2015, como membro suplementar, representante da Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano, em substituição a Ivan Lucas Gonçalves.  
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
São Carlos, 4 de maio de 2016.

**PAULO ALTOMANI**  
Prefeito Municipal  
Registre-se na Divisão de Expediente e Publique-se  
DOUGLAS MARANGONI DOS SANTOS  
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

### **DECRETO N° 112 DE 5 DE MAIO DE 2016**

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 17.730, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016, QUE "INSERE NO CALENDÁRIO DO MUNICÍPIO A 'SEMANA DA LUTA CONTRA AS HEPATITES VIRAIS'".  
PAULO ALTOMANI, Prefeito Municipal de São Carlos, no uso das atribuições legais, em especial o disposto na Lei Municipal nº 17.730, de 15 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o que consta do processo administrativo protocolado sob o nº 2.340/16,  
DECRETA  
Art. 1º A Semana da Luta Contra as Hepatites Virais será realizada, anualmente, no período de 22 a 28 de julho.  
Art. 2º Objetivando a realização do evento a Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio do Centro de Atendimento de Infecções Crônicas, poderá compor parcerias com:  
I - hospitais públicos e privados;  
II - entidades públicas e privadas, atuantes na área da saúde; e  
III - instituições de ensino voltadas à área da saúde.  
Art. 3º Fica a Administração Municipal incumbida de apresentar, anualmente, durante o evento, por meio dos órgãos mencionados no art. 2º deste Decreto, dados estatísticos expondo os índices da doença.  
Art. 4º Para promoção e desenvolvimento da Semana da Luta Contra as Hepatites Virais fica facultada a realização de:  
I - palestras;  
II - seminários;  
III - campanhas educativas; e  
IV - programas de atualização para médicos e demais profissionais da área.  
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
São Carlos, 5 de maio de 2016.

**PAULO ALTOMANI**  
Prefeito Municipal  
Registre-se na Divisão de Expediente e Publique-se  
DOUGLAS MARANGONI DOS SANTOS  
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

### **DECRETO N° 113 DE 5 DE MAIO DE 2016**

Suplementa dotações do orçamento vigente na Prefeitura Municipal de São Carlos, no valor de R\$ 23.000,00.  
PAULO ALTOMANI, Prefeito Municipal de São Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e conforme o que consta do processo administrativo nº 10.816/16, e  
CONSIDERANDO que o art. 6º, I, da Lei Municipal nº 17.650, de 2 de dezembro de

2015, que dispõe sobre o Orçamento do Município para o exercício financeiro de 2016, autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais suplementares até 10% (dez por cento) do total da despesa fixada, observado o limite definido pelos recursos efetivamente disponíveis,  
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto nos órgãos abaixo relacionados, crédito adicional no valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), suplementar às seguintes dotações do orçamento vigente:

ÓRGÃO	CATEGORIA ECONÔMICA	FONTE DE RECURSO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	SUPLEMENTAÇÃO R\$
22.02.00	3.3.90.39	001	10.302.0097.2.167	20.000,00
10.01.00	3.3.90.39	001	04.131.0037.2.052	3.000,00
TOTAL				23.000,00

Art. 2º Para atender o crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão utilizados recursos oriundos de anulação das dotações orçamentárias abaixo codificadas, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e alterações posteriores.

ÓRGÃO	CATEGORIA ECONÔMICA	FONTE DE RECURSO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ANULAÇÃO R\$
22.02.00	3.3.90.30	001	10.302.0097.2.167	20.000,00
10.01.00	3.3.90.36	001	04.131.0037.2.052	3.000,00
TOTAL				23.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
São Carlos, 5 de maio de 2016.

**PAULO ALTOMANI**  
Prefeito Municipal  
Registre-se na Divisão de Expediente e Publique-se  
DOUGLAS MARANGONI DOS SANTOS  
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

### **PORTARIAS**

#### **PORTARIA N° 269 DE 4 DE MAIO DE 2016**

ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA RESPONSABILIZAÇÃO DAS MULTAS POR INFRAÇÃO A LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO, APLICADAS A VEÍCULOS OFICIAIS, E DE-MAIS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE DO USO DA FROTA MUNICIPAL.

PAULO ALTOMANI, Prefeito Municipal de São Carlos, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 19.376/07, DETERMINA que, a partir desta data, sejam adotados os seguintes procedimentos de controle do uso da frota pertencente à Prefeitura Municipal de São Carlos:

Art. 1º Cabe à Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito, através do Departamento de Transporte:

- I – Manter o cadastro atualizado de todos os veículos da Administração Direta e Indireta, tais como: marca, modelo, cor, placas, combustível, chassi, número do RENAVAM, mês de vencimento das licenças, prefixo do veículo, data de registro do veículo e do licenciamento, capacidade de carga, PBT, CMT ou capacidade de passageiros, número e data de vencimento do certificado de aferição e selagem do tacógrafo, número de série e tipo de disco, categoria da CNH necessária para conduzir o veículo e, se necessário, curso específico determinado pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, bem como os números da apólice de seguro e seu vencimento e, se existir, qual seguradora;
- II – Lotação do veículo, contendo a Secretaria e Divisão;
- III – Manter o cadastro em livro próprio, ou outro sistema digital, das autuações de trânsito sofridas pelos servidores públicos em nome do Município de São Carlos, contendo:

- a) número do AIT e Órgão Autuador;
- b) dados da infração, tais como data, horário, local, código, tipificação, pontuação, prazo para a indicação do condutor e número do processo administrativo;
- c) dados do veículo tais como placas e número de frota;
- d) dados do condutor do veículo no momento da infração.

Art. 2º Cabe à Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal:

- I – Manter o cadastro atualizado dos Motoristas ou pessoas autorizadas a conduzir veículos oficiais contendo, o número de CPF, RG, Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com vencimento, data da primeira habilitação, categoria, número da autorização para conduzir veículos da Prefeitura Municipal de São Carlos;
- II – Expedir autorização para a condução de veículos oficiais, que deverá conter a validade e, em casos específicos, constar o vencimento do certificado de conclusão de curso específico para atividades regulamentadas pelo CONTRAN, tais como: condutor escolar, de transporte coletivo, de emergência, etc.

Art. 3º Cabe aos órgãos onde os veículos estão lotados e aos demais servidores da municipalidade:

- I – Ao receber qualquer documentação referente à infração de trânsito, encaminhar, no prazo de 1 (um) dia útil, para a Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito, para que a mesma realize os procedimentos estabelecidos no artigo primeiro, para que assim não haja prejuízo nos prazos estabelecidos pelo CONTRAN;
- II – A secretaria em que o veículo estiver lotado deverá indicar o motorista que conduziu o veículo no dia e horário indicados na Notificação de Autuação por Infração à Legislação de Trânsito, na tramitação do processo administrativo, devendo o mesmo ser encaminhado à Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito no prazo estipulado, para que a mesma providencie a comunicação ao órgão de trânsito competente;
- III – Caso a indicação não ocorra dentro do prazo estipulado, a multa administrativa (Não Indicação do Condutor - NIC), que será gerada em atendimento à

Resolução do CONTRAN nº 151/2003, será de responsabilidade do secretário da pasta onde o veículo está lotado ou servidor indicado pelo mesmo;

IV – Cabe às secretarias informarem as mudanças de endereço para a Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito, para que a mesma providencie a alteração de endereço do cadastro dos veículos, uma vez que todas as comunicações referentes à infração de trânsito são encaminhadas via Correios, sendo necessário, portanto, manter o cadastro sempre atualizado;

V – Caso a Notificação de Autuação não chegue a conhecimento da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito por falta de entrega dos Correios, excetuada a situação prevista no item II e IX, o pagamento da NIC será descontado do orçamento da secretaria onde o veículo está lotado; Caso seja constatado vínculo de não recebimento da Notificação de Autuação por parte de um setor, a Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito irá solicitar apuração dos fatos através de sindicância.

VI – O setor de lotação do veículo fica responsável pelo controle da guarda dos relatórios de uso do veículo em arquivo próprio, passível de consulta a qualquer tempo, tanto pela Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito, quanto por qualquer outro órgão fiscalizador que o possa requerer;

VII – O relatório de uso deverá conter, obrigatoriamente, as seguintes informações: veículo, placa, Secretaria, Divisão, destino, data, condutor, quilometro inicial e final, horário inicial e final.

Art. 4º Cabe aos condutores autorizados a dirigir carros oficiais:

I – Manter atualizado seu histórico funcional junto à Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal;

II – Comunicar obrigatoriamente a Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito sobre multa recebida, quando for autuado pessoalmente pela autoridade de trânsito, entregando-lhe todas as notificações; Caso o motorista não entregue estes documentos, será passível de processo administrativo disciplinar ou sindicância.

III – Caso o condutor tenha interesse em recorrer do Auto de Infração, poderá fazê-lo em conjunto com a Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito, preenchendo o formulário emitido pelo órgão autuador e realizando a juntada dos demais documentos necessários para elaboração do recurso; Caso o comunicado seja encaminhado para o solicitante, o mesmo deverá comunicar a Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito qual o resultado final.

IV – Realizar curso de direção defensiva e outros que forem oferecidos pela Fundação Educacional de São Carlos – FESC ou outro órgão vinculado à Prefeitura Municipal de São Carlos, de acordo com agendamento prévio estabelecido pela chefia imediata;

V – Em casos específicos, deverá ser entregue junto à Divisão de Gerenciamento e Manutenção da Frota da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito os documentos necessários para a emissão de autorização para a condução de veículos especiais, tais como: veículos de emergência, carga acima de 3,5 toneladas, transporte coletivo e transporte escolar;

VI – Antes de colocar o veículo em circulação nas vias públicas, o condutor deverá verificar a existência e as boas condições de funcionamento dos equipamentos de uso obrigatório, combustível, óleo e nível do líquido do sistema de arrefecimento do veículo, se há disco no tacógrafo e disco reserva, bem como se a documentação exigida está válida.

VII – Caso sejam constatadas irregularidades, o condutor, em conjunto com a chefia imediata, deverá obrigatoriamente comunicar por escrito a Divisão de Gerenciamento e Manutenção da Frota da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito, através de Ordem de Serviço, para que a mesma possa tomar as medidas necessárias para sanar as irregularidades.

VIII – Zelar pelo veículo do qual se utiliza, mantendo-o sempre em boas condições de uso e higiene.

Art. 5º Caso haja imposição de multa por não uso de equipamentos, em conformidade com a legislação de trânsito, ou falta de documentação obrigatória válida, o motorista, estará passível de processo administrativo disciplinar ou sindicância.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito deverá encaminhar boleto para pagamento de infração de trânsito para a Secretaria Municipal de Fazenda, para que o valor da multa seja recolhido, dentro do prazo para concessão do desconto previsto na legislação vigente.

Art. 7º Após o pagamento o processo administrativo deverá ser encaminhado para a Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal, para que a mesma providencie o resarcimento ao erário.

Art. 8º Em caso do condutor recorrer do pagamento, caberá à Corregedoria Geral do Município a avaliação do caso, e, sendo constatada a inocência do motorista, o fato será comunicado à Divisão de Gerenciamento e Manutenção da Frota da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito, para os devidos registros.

Art. 9º Caso se entenda que o motorista agiu com dolo ou culpa no cometimento da infração, os autos serão encaminhados à Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal, para o devido resarcimento do valor da multa ao erário.

Art. 10. Fica revogada a Portaria nº 90, de 15 de fevereiro de 2008.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Carlos, 4 de maio de 2016.

**PAULO ALTOMANI**  
Prefeito Municipal  
Registre-se na Divisão de Expediente e Publique-se  
DOUGLAS MARANGONI DOS SANTOS  
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

#### **PORTARIA N° 270 DE 5 DE MAIO DE 2016**

PAULO ALTOMANI, Prefeito Municipal de São Carlos, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo administrativo protocolado sob o nº 2.533/09, resolve

DISPENSAR

MARCELO FERRARI DA SILVA da função gratificada de Chefe da Seção de Implanta-

tação de Sinalização Viária da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito, a partir de 5 de maio de 2016, devendo o servidor retornar às suas funções contratuais, ficando consequentemente revogada a Portaria nº 495, de 31 de janeiro de 2013. São Carlos, 5 de maio de 2016.

**PAULO ALTMANI**  
Prefeito Municipal  
Registre-se na Divisão de Expediente e Publique-se  
**DOUGLAS MARANGONI DOS SANTOS**  
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

#### PORTARIA Nº 271 DE 5 DE MAIO DE 2016

**PAULO ALTMANI**, Prefeito Municipal de São Carlos, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo administrativo protocolado sob o nº 28.666/13, resolve

DESIGNAR o servidor **ROSNI AUGUSTO VENDRASCO**, ocupante do emprego de Assistente Administrativo, para exercer a função gratificada de Chefe da Seção de Implantação de Sinalização Viária da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito, a partir de 5 de maio de 2016, com os vencimentos que lhe competirem por lei.

São Carlos, 5 de maio de 2016.

**PAULO ALTMANI**  
Prefeito Municipal  
Registre-se na Divisão de Expediente e Publique-se  
**DOUGLAS MARANGONI DOS SANTOS**  
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

#### ERRATA DA PORTARIA Nº 230/16 (PUBLICADA EM DE 12 DE ABRIL DE 2016)

Onde se lê:  
"processo protocolado sob nº 6.989/16"

Leia-se:

"processo protocolado sob nº 6.089/16"

#### ERRATA DA PORTARIA Nº 267/16 (PUBLICADA EM DE 3 DE MAIO DE 2016)

Onde se lê:  
"processo protocolado sob nº 6.989/16"

Leia-se:

"processo protocolado sob nº 6.089/16"

#### PORTARIA Nº 272 DE 5 DE MAIO DE 2016

**PAULO ALTMANI**, Prefeito Municipal de São Carlos, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 26.789/15, resolve

DESIGNAR o servidor **FERNANDO CELSO PEREIRA**, ocupante do emprego de Agente de Serviços Gerais, para exercer a função gratificada de Supervisor de Unidade, para atuar na Horta Municipal da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, a partir da data de publicação desta portaria, com os vencimentos que lhe competirem por lei.

São Carlos, 5 de maio de 2016.

**PAULO ALTMANI**  
Prefeito Municipal  
Registre-se na Divisão de Expediente e Publique-se  
**DOUGLAS MARANGONI DOS SANTOS**  
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

#### ATOS DAS SECRETARIAS

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO DEPARTAMENTO DE OBRAS PARTICULARES E FISCALIZAÇÃO SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Em cumprimento à Lei Municipal nº. 17441/2015, os proprietários, compromissários ou responsáveis pelos imóveis abaixo relacionados FICAM NOTIFICADOS para providenciarem a LIMPEZA DO TERRENO NO PRAZO DE 07 DIAS (IMPRORROGÁVEL). O prazo para cumprimento passa a vigorar A PARTIR DA DATA DESTA PUBLICAÇÃO.

Nº	DATA DE EMISSÃO	IDENTIFICAÇÃO	PROPRIETÁRIO	BAIRRO	ASSUNTO
40450/16	18/04/16	19.174.011.001	Pompeia Rogeli Martins	Jardim Embáre	LIMPEZA
40419/16	14/04/16	06.100.012.001	Irene A. H. Morosov	Jardim Cruzeiro do Sul	LIMPEZA
40418/16	14/04/16	07.040.035.001	Helena Aparecida Ivo Betanho	Vila Prado	LIMPEZA

Art. 2º Para os efeitos desta Lei entende-se por limpeza de terrenos a capinagem mecânica e/ou roçagem do mato crescido no terreno, com a remoção adequada dos produtos provenientes das citadas operações, cata e a remoção de detritos, entulhos e lixo que estejam depositados no terreno.

§ 2º Fica proibido o emprego de fogo como forma de limpeza da vegetação, lixo ou quaisquer detritos e objetos nos imóveis edificados ou não edificados.

Art. 3º Os proprietários, possuidores, compromissários ou responsáveis a qualquer título pelos imóveis que se encontram em desacordo com o fixado no art. 1º desta Lei deverão ser notificados pela Prefeitura Municipal para que providenciem a execução das medidas dispostas nesta Lei no prazo improrrogável de sete dias, contado a partir do dia seguinte da notificação.

Parágrafo Único A notificação far-se-á ao infrator, pessoalmente ou por via postal, com aviso de recebimento (AR) ou ainda por edital, na impossibilidade de se proceder a notificação direta ou por via postal.

São Carlos, 06 de maio de 2016.

André Ricardo Zambon  
Chefe da Seção de Fiscalização Ambiental  
Marcio Luis de Barros Marino  
Secretário Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano

dias, contado a partir do dia seguinte da notificação.  
Parágrafo Único A notificação far-se-á ao infrator, pessoalmente ou por via postal, com aviso de recebimento (AR) ou ainda por edital, na impossibilidade de se proceder a notificação direta ou por via postal.

São Carlos, 06 de maio de 2016.

André Ricardo Zambon

Chefe da Seção de Fiscalização Ambiental

Marcio Luis de Barros Marino

Secretário Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano

não atenderem dentro do prazo a Notificação para a CONSTRUÇÃO/CONSERVAÇÃO DA CALÇADA ou ainda por OCORRÊNCIA DE FOGO. O prazo para recurso é de 10 dias A PARTIR DA DATA DESTA PUBLICAÇÃO.

Nº	DATA DE EMISSÃO	IDENTIFICAÇÃO	PROPRIETÁRIO	BAIRRO	ASSUNTO
40420/16	14/04/16	06.100.012.001	Irene A. H. Morosov	Jardim Cruzeiro do Sul	CALÇADA

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, o bom estado de conservação do calçamento do passeio caracteriza-se pela inexistência de buracos, de rampas, ondulações, degraus ou de qualquer obstáculo que impeça o trânsito livre e seguro dos pedestres e deficientes. É obrigatório a construção de rampas de acessibilidades conforme a legislação Federal vigente.

§ 1º, Art. 4º - A notificação far-se-á ao infrator, pessoalmente, ou por via postal, com aviso de recebimento (AR) ou ainda por edital, na impossibilidade de se proceder a notificação direta ou por via postal.

Art. 9º Fica proibido o emprego de fogo como forma de limpeza de vegetação, lixo ou quaisquer detritos e objetos, nos imóveis edificados e não edificados.

§ 1º Constatando-se a ocorrência de fogo em terrenos da área urbana, provocado ou não pelo proprietário, possuidor, compromissário ou responsável a qualquer título, será cobrada multa equivalente a R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos) por metro quadrado de terreno.

São Carlos, 06 de maio de 2016.

André Ricardo Zambon

Chefe da Seção de Fiscalização Ambiental

Marcio Luis de Barros Marino

Secretário Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano

#### COORDENADORIA DE MEIO AMBIENTE

Em cumprimento à Lei Municipal nº 216/2009, o proprietário, compromissário ou responsável pelo imóvel abaixo relacionado FICA AUTUADO por PÓDA DRÁSTICA. O prazo para recurso é de 10 dias a partir da data desta publicação, e deverá ser apresentado junto à Coordenadoria de Meio Ambiente, sita à Rua José Bonifácio 889, centro, São Carlos.

Nº	DATA DA EMISSÃO	IDENTIFICAÇÃO	PROPRIETÁRIO	BAIRRO	ASSUNTO
24396/2013	14/5/2013	3.088.023.001	Fábio José Baccarin	Centro	Poda Drástica

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA COMISSÃO ORGANIZADORA DA NOTA FISCAL LEGAL DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS EDITAL DE CONVOCAÇÃO

José Roberto Poianas, Secretário de Fazenda e Presidente da Comissão Organizadora da Nota Fiscal Legal do município de São Carlos, torna público e convoca os membros titulares e suplentes para o 1º Sorteio do Programa Nota Legal, baseado na Extração da Loteria Federal do dia 04/05/2016, a se realizar no dia, horário e local abaixo discriminados, conforme dispõe o §3º do artigo 3º do Decreto nº62/2016:

NOME	ÓRGÃO
Carlos Eduardo Galvani Nascimento	Secretaria de Planejamento e Gestão
Givana Alessandra Munno	Procuradoria Geral do Município
Jorge Luiz Micheletti	Titular CRC
José Carlos Maroldi	Suplente CRC
Thayla de Souza Pires	Titular OAB
Priscila Novaes Ribeiro	Suplente OAB
Sílvio Martins dos Santos	Titular Acisc
Edgard Andreazi Moreira	Suplente Acisc

Dia: 09 de Maio de 2016

Horário: 16:00hs

Local: Auditório do Paço Municipal

Rua R. Episcopal, 1575 - Centro

São Carlos, 05 maio de 2016

JOSÉ ROBERTO POIANAS

Presidente da Comissão Organizadora da Nota Fiscal Legal

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO

A Divisão de Arrecadação e Fiscalização Tributária, através de sua chefia, vem comunicar aos interessados as decisões dos processos abaixo relacionados.

PROCESSO	NOME INTERESSADO	IDENTIFICAÇÃO	ASSUNTO	SITUAÇÃO
25346/2015	Unimed São Carlos Cooperativa de Trabalho Médico	19.974	Cancelamento de Nfs-e	Deferido
18211/2015	Iracema dos Santos	68.666	Multa por Auto de Infração	Lançada
9938/2016	Casa das Bombas de São Carlos Ltda EPP	27.748	Cancelamento de Nfs-e	Deferido
1208/16	SELMA FERREIRA DE PAIVA - ME	20.596.091/0001-87	notificação 1208/16-NCJ	atualizar endereço
1208/17	SELMA FERREIRA DE PAIVA - ME	20.596.091/0001-88	notificação 1209/16-NCJ	indeferido
21198/2015	INSTITUTO INOVA	05.492.911/0001-05	notificação 1216/16-NCJ	deferido
10151/2016	OMAR CANOVA- ME.	67.216.416/0001-12	notificação 1217/16-NCJ	deferido



05.01.22 do Edital. Aberta a palavra, não houve manifestação dos presentes. Pelo exposto, a Comissão declara esta licitação FRACASSADA, comunicando a unidade interessada e republicando o Edital, nas formas legais. O envelope contendo a proposta do licitante foi devolvido ao seu representante, devidamente lacrado. José Sérgio Monsignati Presidente

**TOMADA DE PREÇOS N.º 04/2016 PROCESSO Nº 15045/2014.** Faço público de ordem do Senhor Prefeito Municipal de São Carlos, que se acha aberta licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo menor preço, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONCLUSÃO DA USF JARDIM ZAVAGLIA. O edital na íntegra poderá ser obtido mediante solicitação por e-mail, com identificação da empresa, telefone e pessoa para contato para o endereço licitacao@saocarlos.sp.gov.br ou pessoalmente na Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de São Carlos, situada à Rua Episcopal, nº 1575, 3º andar, Centro, São Carlos, fone (16) 3362-1162, a partir do dia 06 de maio de 2016 até o dia 24 de maio de 2016, no horário das 08h00 às 16h30. Para adquirir as planilhas e demais anexos, é necessário recolhimento de emolumentos no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais). Os envelopes referentes a esta Tomada de Preços serão recebidos e protocolados até as 09h00 do dia 25/05/2016, quando após o recebimento, iniciar-se-á sessão de abertura. São Carlos, 05 de maio de 2016. José Sérgio Monsignati - Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

**PROCESSO N.º 15915/2015 TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2016 COMUNICADO DE REABERTURA** COMUNICAMOS, pelo presente, a reabertura da Tomada de Preços em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO NO AME, no município de São Carlos. Os envelopes referentes a esta Tomada de Preços serão recebidos e protocolados até as 09h00 da dia 24/05/16, quando serão abertos. São Carlos, 04 de maio de 2016. José Sérgio Monsignati Presidente Comissão Permanente de Licitações

**CONVITE N.º 192016 PROCESSO N.º 16478/2015** Faço público de ordem do Senhor Prefeito Municipal de São Carlos, que se acha aberta licitação na modalidade CONVITE DESTINADO EXCLUSIVAMENTE AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTO, do tipo MENOR PREÇO, tendo como objeto a Aquisição de Lixeiras para no Bairro Jardim Gramado, no Município de São Carlos. O Convite na íntegra poderá ser obtido mediante solicitação por e-mail, com identificação da empresa, telefone e pessoa para contato para o endereço licitacao@saocarlos.sp.gov.br ou pessoalmente na Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de São Carlos, situada à Rua Episcopal, nº 1575, 3º andar, Centro, São Carlos, fone (16) 3362-1162, a partir do dia 06 de maio de 2016 até o dia 13 de maio de 2016, no horário das 08h00 as 12h00 e das 14h00 às 18h00. Os envelopes referentes a este Convite deverão ser protocolados até as 09h00 do dia 16/05/2016, na Divisão de Apoio a Procedimentos Licitatórios, situada na Rua Episcopal, nº 1575, 3º andar, quando será realizada a sessão pública. São Carlos, 04 de maio de 2016. José Sérgio Monsignati - Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 10/2016 PROCESSO N.º 5651/2016 RESUMO DA ATA DE SESSÃO PÚBLICA** Aos 04/05/2016, reuniram-se o Pregoeiro e a Equipe de Apoio designados nos autos do Processo 5651/2016, para a Sessão Pública do Pregão em epígrafe. Aberta a sessão, procedeu-se o exame dos documentos oferecidos pelos interessados presentes, visando à comprovação da existência de poderes para formulação de propostas e prática dos demais atos de atribuição do Licitante. Em seguida recebeu a Declaração dos Licitantes de que atendem plenamente os requisitos de Habilidades estabelecidos no Edital e os Envelopes contendo a Proposta e os Documentos de Habilidades, respectivamente. Ato contínuo foi aberto o Envelope contendo a Proposta e o Pregoeiro examinou a compatibilidade do objeto, prazos e condições de fornecimento ou de execução, com aqueles definidos no Edital. Por haver apenas uma empresa participando do certame, a mesma foi selecionada para a fase de lances. Aberto o segundo envelope contendo a documentação de habilitação da empresa Protec Artefatos de Cimento, o conteúdo do envelope foi apreciado e rubricado pelos presentes e a equipe considera a empresa INABILITADA por não apresentar documentos referentes aos itens 9.3.3.2, 9.3.3.3. 9.5.1, 9.6.1 e 9.6.2. Diante do exposto, a equipe declara FRACASSADA a presente licitação, sendo republicada nos meios legais. ROBERTO CARLOS ROSSATO Pregoeiro

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 10/2016 PROCESSO N.º 5651/2016 COMUNICADO DE REABERTURA** COMUNICAMOS, pelo presente, a reabertura do Pregão em epígrafe, cujo objeto é o Registro de Preços para aquisição de Gavetas Subterrâneas para o Cemitério Nossa Senhora do Carmo, no Município de São Carlos. A nova data e horário para o CREDENCIAMENTO E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES será até as 14h00 do dia 19/05/2016, e o INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA será às 14h30 do dia 19/05/2016. São Carlos, 04 de maio de 2016. Roberto Carlos Rossato Pregoeiro

**Pregão Eletrônico n.º 001/2016 Processo n.º 27362/2015 HOMOLOGAÇÃO Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL. Homologação proferida pela Senhora Pregoeira, referente ao lote 02 adjudicado à empresa PNEULINHARES COMÉRCIO DE PNEUS LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 00.647.879/0002-49; aos lotes 03 e 06 adjudicados à empresa AUTOLUK - COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS E PEÇAS LTDA - EPP, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 20.063.556/0001-34; aos lotes 04 e 08 adjudicados à empresa PNEU BOM LTDA - EPP, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 21.609.270/0001-74; ao lote 07 adjudicado à empresa R W DE OLIVEIRA COMÉRCIO DE MOTOS - ME, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº

11.268.351/0001-02 e aos lotes 01 e 05 FRACASSADOS. Nesta oportunidade, designo o servidor Roberto Carlos Rossato para efetuar a homologação junto ao site do Banco do Brasil. São Carlos, 02 de maio de 2016. Paulo Roberto Altomani Prefeito Municipal

**Inexigibilidade de Licitação Processo nº 25376/2015** Ratifico a dispensa de licitação para a contratação da FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FAI - UFSCAR para a prestação de serviços para o "Projeto de Ações Integradas de Economia Solidária para o Desenvolvimento Local visando a superação da Extrema Pobreza no Município de São Carlos", com fundamento no artigo 25, inciso II, parágrafo 1º e artigo 13, inciso I da Lei Federal nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores, conforme o que consta do processo administrativo supracitado. São Carlos, 28 de abril de 2016. Paulo Roberto Altomani Prefeito Municipal

**COMUNICADO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 076/2016 E 077/2016** Comunicamos que o extrato das atas de registro de preços nº 076 e 077/2016 que tem como objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE AGREGADO DE RECICLADO MISTO (ARM) PARA REPARO EM ESTRADAS RURAIS, referente ao Pregão Eletrônico nº 036/2016, processo nº 3325/2016, encontra-se disponível para consulta no site [www.saocarlos.sp.gov.br](http://www.saocarlos.sp.gov.br) - no link Licitações - Licitações Prefeitura - Ata de Registro de Preços. São Carlos, 05 de maio de 2016. Roberto Carlos Rossato. Autoridade Competente

**COMUNICADO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 078/2016** Comunicamos que o extrato da ata de registro de preços nº 078/2016 que tem como objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS HORTIFRUTIGRANJEIROS PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS E FILANTROPICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, referente ao Pregão Eletrônico nº 02/2016, processo nº 4143/2016, encontra-se disponível para consulta no site [www.saocarlos.sp.gov.br](http://www.saocarlos.sp.gov.br) - no link Licitações - Licitações Prefeitura - Ata de Registro de Preços. São Carlos, 05 de maio de 2016. Roberto Carlos Rossato. Autoridade Competente

**COMUNICADO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 079/2016 E 080/2016** Comunicamos que o extrato das atas de registro de preços nº 079 e 080/2016 que tem como objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS ODONTOLÓGICOS, referente ao Pregão Eletrônico nº 108/2015, processo nº 1167/2015, encontra-se disponível para consulta no site [www.saocarlos.sp.gov.br](http://www.saocarlos.sp.gov.br) - no link Licitações - Licitações Prefeitura - Ata de Registro de Preços. São Carlos, 05 de maio de 2016. Roberto Carlos Rossato. Autoridade Competente

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 050/2016 - PROCESSO N.º 8277/2016** - Faço público de ordem do Senhor Prefeito Municipal, que se encontra aberto o Pregão Eletrônico nº. 050/2016, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CADEIRAS DE RODAS ESPORTIVA PARA DANÇA. O Edital na íntegra poderá ser obtido nos sites: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e [www.saocarlos.sp.gov.br](http://www.saocarlos.sp.gov.br). O limite para o acolhimento das propostas dar-se-á até as 08h00 do dia 23/05/2016, a abertura das propostas será às 08h00 do dia 23/05/2016 e o início da sessão de disputa de preços será às 09h30 do dia 23/05/2016. Maiores informações pelo telefone (16) 3362-1162. São Carlos, 05 de maio de 2016. Roberto Carlos Rossato - Autoridade Competente

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 031/2015 PROCESSO N.º 1165/2015 HOMOLOGAÇÃO PARCIAL** **Objeto:** REGISTRAR PREÇOS DE MEDICAMENTOS QUE COMPÕEM A RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS. Com base no disposto no art. 43, inciso VI da lei 8.666/93, de acordo com a delegação de competência estabelecida e com base no parecer da Equipe de Apoio ao Pregão Presencial, HOMOLOGO PARCIALMENTE o resultado desta licitação e em consequência, ADJUDICO os lotes 21 e 53 ao PROPONENTE Acácia Comércio de Medicamentos LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 03.945.035/0001-91, os lotes 05, 15, 17, 22, 23, 26, 32, 37, 47, 49, 54, 55, 58 e 64 ao PROPONENTE Quality Medical Comércio e Distribuidora de Medicamentos LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 07.118.264/0001-93, os lotes 06, 29, 38 e 61 ao PROPONENTE Alfalagos LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 05.194.502/0001-14 e AUTORIZO as respectivas despesas. São Carlos, 05 de maio de 2016. Paulo Roberto Altomani Prefeito Municipal

## EXTRATOS

### EXTRATO DE ADITAMENTO CONTRATUAL 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 18/14

Locatário: Prefeitura Municipal de São Carlos  
Locador: J B Empreendimentos e Participações Ltda. - ME  
Objeto: prorroga a vigência do contrato de locação do imóvel situado na Rua Treze de Maio, nº 1.697, Centro, para 12/03/17, com aluguel mensal de R\$ 2.719,51  
Data da assinatura: 04/05/16  
Processo nº 25.258/13

### EXTRATO DE ADITAMENTO CONTRATUAL 12º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 115/06

Locatário: Prefeitura Municipal de São Carlos  
Locador: Everaldo Luiz Guimarães Keppe e Arlete Suely Dela Coleta Keppe  
Objeto: prorroga a vigência do contrato de locação do imóvel situado na Rua

Dona Alexandrina, nº 844, para 31/03/17, com aluguel mensal de R\$ 5.000,00  
Data da assinatura: 02/05/16  
Processo nº 13.316/06

### EXTRATO DE CONTRATO N.º 42/16

Contratante: Prefeitura Municipal de São Carlos  
Contratada: Instituto de Educação e Desenvolvimento Social Nossa Rumo  
Objeto: prestação de serviços técnicos especializados em planejamento, organização e execução de Concurso Público para os empregos de Agente de Manutenção Geral, Agente Operacional, Auxiliar de Natação, Biólogo, Eletricista, Engenheiro (Agrônomo, Florestal e Ambiental), Fiscal (Ambiental, de Serviços Públicos e Tributos), Médico do Trabalho, Motorista, Operador de Máquina, Técnico (Agrícola, de Esportes e de Som), Topógrafo e Tratador de Animal  
Data da assinatura: 19/04/16  
Vigência: 12 meses  
Modalidade: Dispensa de Licitação, (art. 24, XIII, Lei Federal nº 8.666/93)  
Processo nº 6.089/16

### EXTRATO DE CONTRATO N.º 44/16

Contratante: Prefeitura Municipal de São Carlos  
Contratada: Instituto de Educação e Desenvolvimento Social Nossa Rumo  
Objeto: prestação de serviços técnicos especializados em planejamento, organização e execução de Processo Seletivo Público para o emprego de Agente de Combate às Endemias e execução de Concurso Público para os empregos de Médico (várias especialidades), Operador de Rádio e Técnico em Radiologia  
Data da assinatura: 26/04/16  
Vigência: 12 meses  
Modalidade: Dispensa de Licitação, (art. 24, XIII, Lei Federal nº 8.666/93)  
Processo nº 6.085/16

### EXTRATO DE CONTRATO N.º 45/16

Contratante: Prefeitura Municipal de São Carlos  
Contratada: Instituto de Educação e Desenvolvimento Social Nossa Rumo  
Objeto: prestação de serviços técnicos especializados em planejamento, organização e execução de Concurso Público para os empregos de Intérprete Educacional de Libras e Professor III (Artes, Português, Inglês, Ciências Físicas e Biológicas, História, Geografia e Música)  
Data da assinatura: 26/04/16  
Vigência: 12 meses  
Modalidade: Dispensa de Licitação, (art. 24, XIII, Lei Federal nº 8.666/93)  
Processo nº 6.087/16

### EXTRATO DE CONTRATO N.º 48/16

Contratante: Prefeitura Municipal de São Carlos  
Contratada: Teresa Gagliardi Hara - EPP  
Objeto: fornecimento de ração, sementes e grãos para alimentação de animais silvestres (Lotes 01, 03, 04, 05 e 10)  
Valor: R\$ 142.376,00  
Data da assinatura: 28/04/16  
Vigência: 12 meses  
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 27/16  
Processo nº 2.243/16

### EXTRATO DE CONTRATO N.º 49/16

Contratante: Prefeitura Municipal de São Carlos  
Contratada: Claro Agro Pecuária Ltda - EPP  
Objeto: fornecimento de ração, sementes e grãos para alimentação de animais silvestres (Lotes 02, 06, 07, 08, 09, 11, 12, 13 e 14)  
Valor: R\$ 109.276,00  
Data da assinatura: 28/04/16  
Vigência: 12 meses  
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 27/16  
Processo nº 2.243/16

### EXTRATO DE CONTRATO N.º 43/16

Contratante: Prefeitura Municipal de São Carlos  
Contratada: Nani Azevedo Produções Artísticas e Culturais Ltda - ME  
Objeto: show com o cantor Nani Azevedo, a ser realizado no dia 21 de abril de 2016, no Ginásio de Esportes Hugo Dornfeld (Zuzão)  
Valor: R\$ 10.000,00  
Data da assinatura: 20/04/2016  
Vigência: 22/04/2016  
Modalidade: Inexigibilidade de Licitação (artigo 25, III da Lei Federal nº 8.666/93)  
Processo nº 8.691/16

### EXTRATO DE ADITAMENTO CONTRATUAL

#### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 51/15

Contratante: Prefeitura Municipal de São Carlos  
Contratada: Penascal Engenharia e Construção Ltda.  
Objeto: prorroga a vigência do contrato de execução de serviços de recuperação de pavimentação asfáltica com reparos localizados (tapa buracos), fornecimento de mão-de-obra, veículos e equipamentos para manutenção das vias urbanas e rurais do Município (Lote 02) para 11/04/17 e estabelece o valor do contrato para o período de R\$ 530.151,30  
Data da assinatura: 31/03/16  
Processo nº 14.515/14



Fundação Educacional São Carlos

## PORTARIA

### PORTRARIA N°. 17/2016 DE 03 DE MAIO DE 2016

Vera Lucia Ciarlo Raymundo, Diretora-Presidente da Fundação Educacional São Carlos, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei nº. 14.841 de 18 de dezembro de 2008, alterada pela Lei Municipal nº. 14.916 de 15 de abril de 2009, resolve nomear: Joel Soares para o cargo de Chefe da Divisão de Manutenção e Apoio, a partir de 03 de maio de 2016, com os vencimentos que lhe competirem por lei.

São Carlos, 03 maio de 2016.  
Vera Lucia Ciarlo Raymundo  
Diretora Presidente da FESC



## LICITAÇÃO

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 01/2016 PROCESSO ADMINISTRATIVO 37/2016 ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO** O objeto deste Pregão Eletrônico é a contratação de empresa especializada em locação, instalação, operação, desmontagem e remoção de equipamentos relativos à infraestrutura necessária para a realização da 9ª Festa São Carlos Matsuri , que ocorrerá nos dias 14 e 15 de maio, conforme características, especificações, quantidades e período constantes no Edital deste Pregão Eletrônico e seus Anexos.. Homologo a decisão proferida pela Senhora Pregoeira Adriana Queiroz, referente ao lote adjudicado de numero 01 empresa LUIZ GUSTAVO NEODINI - ME, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 12.749.224/0001-80. São Carlos, 05 de maio de 2016. LUIS CARLOS TRIQUES Autoridade competente



## LICITAÇÕES

### CONVITE N° 02/2016 PROCESSO N° 80/2016

#### HOMOLOGAÇÃO

**Objeto:** O objeto deste Convite é a Contratação de empresa especializada em serviços de Auditoria Independente para análise financeira e contábil da PROGRESSO E HABITAÇÃO DE SÃO CARLOS S.A. - PROHAB SÃO CARLOS.

Homologo o julgamento da Comissão Permanente de Licitações e adjudico o objeto do presente certame à empresa Melo & Melo Auditores Independentes devidamente inscrita no CNPJ sob o n° 78.583.788/0001-01 no valor de R\$11.700,00 (onze mil e setecentos reais).

São Carlos, 02 de Maio de 2016.

MAURO LUIZ MORAES

Diretor Presidente da PROHAB SÃO CARLOS S/A

### Tomada de Preços nº 01/2016 PROCESSO N° 112/2016

A Progresso e Habitação de São Carlos S/A - PROHAB SÃO CARLOS, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados e, especial-

mente aos que retiraram o edital da licitação, na modalidade TP N° 01/2016 cujo objeto DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vigilância armada, para as dependências da Fabrica de artefatos de cimento FAC /URE, localizada na Rua Ayrton Salvador Leopoldino Junior nº 1586 Chácara das Flores, com abertura marcada para às 09:30 horas do 25/05/2016 que a licitação encontra-se SUSPENSA por determinação da CPL para adequações do Edital. Portanto, fica suspenso o processo até nova deliberação, a qual será comunicada aos interessados através de nova publicação.

Cintia Fiorentino Ceschin Ramos – Presidente da CPL  
Mauro Luiz Moraes – Diretor Presidente da PROHAB.

índice de avaliação é igual a 2,00; conforme consta do Anexo I. O critério para a classificação da proposta foi o de maior índice de avaliação, conforme item 11 do Edital. Da presente decisão cabe recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da publicação no Diário Oficial do Município no sítio eletrônico [www.saocarlos.sp.gov.br](http://www.saocarlos.sp.gov.br), de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

São Carlos, 05 de maio de 2016.

Presidente da Comissão de Licitações

#### HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

#### PROCESSO LICITATÓRIO: N° 2514/2015

#### PREGÃO ELETRÔNICO: N° 013/2016

**Objeto:** "Aquisição de ferramentas diversas, para reposição de estoque do Setor de Almoxarifado, destinadas ao uso dos servidores do SAAE nos variados serviços executados pela Autarquia".

Homologo o julgamento do pregoeiro, bem como Adjudico o objeto do presente processo licitatório em favor das licitantes vencedoras: "FERGAVI COMERCIAL LTDA - EPP" para o lote 01, "PANTHER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE SANEAMENTO LTDA - EPP" para o lote 02, "METALVAX COMÉRCIO DE FERRAGENS, METAIS E VÁLVULAS LTDA - EPP" para o lote 03, perfazendo valor total de R\$ 44.985,25, nos termos do Art. 4º - Inciso XXII da Lei Federal nº 10.520/2002.

São Carlos, 05 de maio de 2016.

Sergio Pepino  
Presidente do SAAE



## PORTARIAS

### PORTRARIA N° 038/2016

Dispõe sobre designação de servidor substituto.  
SERGIO PEPINO, PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Resolve:

DESIGNAR o servidor Marilza Aparecida Dias Munhoz, Auxiliar de Manutenção Geral, para substituir, em regime de tempo integral, com os vencimentos que lhe competirem por Lei, a servidora Danielle Tadeu Colmati, Chefe do Setor de Contabilidade, no período de 25/04/2016 a 15/05/2016, em virtude de férias do titular.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua expedição.

São Carlos, 25 de abril de 2016.

Sergio Pepino  
Presidente do SAAE

### PORTRARIA N°. 039/2016

Dispõe sobre Reativação de Comissão Administrativa Disciplinar.

SERGIO PEPINO, PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E CONSOANTE O DISPOSTO NO PROCESSO N°. 3185/2015,

Resolve:

Art. 1º - Reativar os trabalhos da Comissão Administrativa Disciplinar designada pela Portaria n° 431 de 20 de outubro de 2015.

Art. 2º - Revogar o disposto na Portaria n.º 441 de 01 de dezembro de 2015.

Art. 3º - Fica estipulado o prazo de 30 (trinta) dias impreterivelmente para a conclusão dos serviços

A presente Portaria entra em vigor na data de sua expedição.

São Carlos, 29 de abril de 2016.

Sergio Pepino  
Presidente do SAAE

### PORTRARIA N°. 040/2016

Dispõe sobre Designação de Comissão de Sindicância.

SERGIO PEPINO, PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E CONSOANTE O DISPOSTO NO PROCESSO N°. 2423/2016,

Resolve:

Art. 1º - Designar os servidores Gilmar Xavier Marques, Thales Santana Telles e Vânia de Cássia Italiano Faria, para sob a presidência do primeiro, integrar uma Comissão de Sindicância encarregada das apurações do disposto nos Processo SAAE N°.2148/2016.

Art. 2º - Fica estipulado o prazo de 30 (trinta) dias impreterivelmente para a conclusão dos serviços.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Carlos, 04 de maio de 2016.

Sergio Pepino  
Presidente do SAAE

## LICITAÇÕES

### Tomada de Preços nº 2.01.2016

#### Processo S.A.A.E. nº 3826/2015

**Objeto:** contratação de empresa para serviços de manutenção corretiva, conserto e revisão a serem executados periodicamente em veículos oficiais pertencentes à AUTARQUIA, compreendendo verificação e manutenção no sistema elétrico, ajuste, regulagens, conserto do giroflex e ar condicionado, com fornecimento e substituição de peças gastos ou defeituosas por peças genuínas, originais ou similares, pelo Regime de Preço Global e Tipo Menor Preço.

Comunicamos a todos os interessados que após a análise da conformidade e preço (índice) apresentado na proposta, a Comissão de Licitações deliberou CLASSIFICAR a empresa Auto Elétrico Casa Vermelha Ltda- ME, por atender à conformidade e compatibilidade constante do Edital em primeiro lugar, cujo

## EXTRATOS

### EXTRATO DA CARTA CONTRATO N° 003/2016

#### PROC: N° 269/2016

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO CARLOS

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

OBJETO: Prestação de serviço de seguro total para 08 (oito) veículos tipo caminhões, e 08 (oito) equipamentos acoplados em seus respectivos chassis, pertencentes ao SAAE, com cobertura em todo o Território Nacional.

PAGAMENTO: Os pagamentos do prêmio serão feitos em 03 (três) parcelas, sendo a primeira no 5º (quinto) dia após a assinatura da emissão do Pedido de Compras do SAAE e as demais até 30 (trinta) dias subsequentes à data da parcela anterior, com a emissão da Nota Fiscal Fatura e/ou outro documento na forma da lei.

PREÇO: O valor total é de R\$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência é de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da apólice, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, de conformidade com o Artigo 57, II da Lei Federal nº 8.666/93.

DOTAÇÃO: As despesas correrão por conta de recursos financeiros da Dotação Orçamentária nº 060100.1751260082.504 - 3.3.90.39.00.

São Carlos, 05 de maio de 2016.

Sergio Pepino  
Presidente do SAAE

### EXTRATO DO CONTRATO N° 06/2016

#### PROC: N° 1273/2016

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO.

CONTRATADA: JB COMÉRCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS EIRELI - EPP.

OBJETO: Aquisição de pneus novos para atender a demanda da frota de veículos oficiais do SAAE.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias da entrega do objeto, condicionado ao seu Recebimento Definitivo.

PREÇO: R\$ 142.008,00 (cento e quarenta e dois mil e oito reais).

DOTAÇÃO: As despesas correrão por conta de recursos financeiros da Dotação Orçamentária nº 060100.1751260082.504 - 33.30.00.00.

São Carlos, 05 de maio de 2016.

Sergio Pepino  
Presidente do SAAE

### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO N° 14/2015

#### PROC. N° 4407/2014.

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO.

CONTRATADA: LUIS CARLOS LUI ME.

OBJETO: Fica aditado ao Contrato em epígrafe a prorrogação de seu prazo de vigência pelo período de 60 (sessenta) dias, ou seja, de 08/04/2016 a 06/06/2016, conforme autorização da autoridade competente e justificativas trazidas aos autos.

São Carlos, 05 de maio de 2016.

Sergio Pepino  
Presidente do SAAE

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 161494 PROCESSO N° 1.739/2013.

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE

CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

OBJETO: Fica aditado ao Contrato em epígrafe, o prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses, iniciando em 15 de maio de 2016 até 15 de maio de 2017.

São Carlos, 03 de maio de 2016.

Sergio Pepino  
Presidente do SAAE



## EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AS PROVAS OBJETIVAS E ENTREGA DE TÍTULOS

A PROHAB – Progresso e Habitação de São Carlos, Estado de São Paulo, através do **Instituto de Educação e Desenvolvimento Social Nossa Rumo**, CONVOCA todos os candidatos inscritos no Concurso Público destinado ao provimento das vagas existentes na Tabela I do Edital nº 01/2016, para a etapa das Provas Objetivas e Entrega de Títulos (quando houver), a realizar-se de acordo com as seguintes instruções:

1. Ao candidato só será permitida a participação nas Provas Objetivas e entrega de Títulos (quando houver), no dia **15 de maio de 2016**.

1.1. O candidato deve obter mais informações que estarão disponibilizadas no endereço eletrônico do **Instituto Nossa Rumo** ([www.nossorumo.org.br](http://www.nossorumo.org.br)).

2. Não será permitida, em hipótese alguma, a realização das provas em outra data, horário ou fora do local designado.

3. O candidato deverá comparecer ao local designado para as provas, com antecedência mínima de **60 (sessenta minutos)** do horário de fechamento dos portões. A abertura dos portões será às **8h00 (oito horas)**, sendo que o fechamento dos portões se dará, impreterivelmente, às **9h00 (nove horas)**, observado o horário oficial de Brasília-DF.

3.1. O intervalo alfabético contendo os locais de provas consta no **Anexo I** deste Edital.

3.2. O Instituto Nossa Rumo recomenda que os candidatos verifiquem seu local exato de prova pela internet, através da área restrita do candidato no site [www.nossorumo.org.br](http://www.nossorumo.org.br), conforme segue:

3.2.1. Clique no link no canto superior direito da tela "**Candidato, cadastre-se agora ou acesse sua conta!**". Faça o login no site, digitando o CPF e a senha no Painel do Candidato. Na aba **Concursos**, acesse a opção **Concursos em Andamento** e clique no concurso de seu interesse. Em seguida, acesse a opção **Local de Prova**, clique no link "**Consulta de Local de Prova**" e selecione a inscrição desejada.

3.2.2. Através da área restrita o candidato terá acesso à consulta personalizada do seu local de provas evitando dúvidas quanto ao local correto.

3.3. Não será admitida a realização das provas em local diferente ao que foi designado através do Edital de Convocação e pelo site do Instituto Nossa Rumo. Portanto, o Instituto Nossa Rumo reforça a necessidade de que todos os candidatos confirmem, através do site [www.nossorumo.org.br](http://www.nossorumo.org.br) o seu exato local de prova.

4. O candidato deverá levar documento de identidade no seu original, o comprovante de inscrição, comprovante de pagamento do valor de inscrição, caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente.

4.1. O ingresso no local de prova só será permitido ao candidato que apresentar pelo menos um dos documentos oficiais de identidade (original): Cédula Oficial de Identidade; Carteira e/ou cédula de identidade expedida pela Secretaria de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Carteira de Trabalho e Previdência Social; Certificado de Reservista; Passaporte; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe, que por lei federal, valem como documento de identidade (OAB, CRC, CRA, CRQ, etc) e Carteira Nacional de Habitação (com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997).

4.2. Não serão aceitos protocolos, cópias dos documentos citados, ainda que autenticadas, ou quaisquer outros documentos não constantes deste Edital.

4.2.1. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

4.3. O comprovante de inscrição e o comprovante de pagamento não terão validade como documento de identidade.

4.4. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização da prova, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

4.4.1. A identificação especial também será exigida do candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia e/ou à assinatura do portador.

4.5. No dia da realização da prova, na hipótese do candidato não constar das listagens oficiais relativas aos locais de prova, estabelecidos no Edital de Convocação, o **Instituto Nossa Rumo** procederá à inclusão do referido candidato, por meio de preenchimento de formulário específico, mediante a apresentação do comprovante de inscrição e pagamento.

4.5.1. A inclusão de que trata o item 4.5. será realizada de forma condicional e será confirmada pelo **Instituto Nossa Rumo**, na fase de Julgamento da Prova Objetiva, com o intuito de se verificar a pertinência da referida inclusão.

4.5.2. Constatada a improcedência da inscrição de que trata o subitem 4.5.1., esta será automaticamente cancelada, sem direito à reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

5. A totalidade das Provas terá a duração de:

5.1. As Provas Objetivas, para todos os empregos, terão a duração de **3 (três) horas**, com exceção ao emprego de Procurador Jurídico.

5.1.1. Iniciadas as provas, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorrida **1h30 (uma hora e trinta minutos)**.

5.2. As Provas Objetiva e Peça Processual, para o emprego de Procurador Jurídico, terão a duração de **4 (quatro) horas**.

5.2.1. Após o período de **2 (duas) horas**, o candidato ao cargo de Procurador Jurídico, ao terminar a sua prova, poderá levar o caderno de questões, deixando com o fiscal da sala a sua folha de respostas, que será o único documento válido para a correção.

5.3. O gabarito oficial será disponibilizado no endereço eletrônico do **Instituto Nossa Rumo** ([www.nossorumo.org.br](http://www.nossorumo.org.br)), na data prevista de **16/05/2016**.

5.4. Apesar de entregar a(s) Folha(s) de Respostas para o fiscal, o candidato deverá, obrigatoriamente, sair da sala e retirar-se imediatamente do prédio no qual foi realizada esta etapa, não podendo permanecer nas suas dependências, bem como não poderá utilizar os banheiros.

5.5. Os documentos relativos aos títulos deverão ser entregues, exclusivamente, no dia das Provas, somente após o fechamento dos portões e antes do início da prova. Após este momento não serão aceitos acréscimos, substituições e/ou complementações de quaisquer documentos entregues, sob qualquer hipótese, conforme previsto no item 9.2., capítulo 9 do Edital nº 01/2016.

5.5.1. A entrega da documentação relativa à Avaliação de Títulos não é obrigatória. O candidato que não entregar o Título não será eliminado do Concurso Público.

5.5.2. As demais recomendações pertinentes à entrega dos documentos de Títulos devem ser observadas no Capítulo 9 do Edital nº 01/2016.

6. No dia da realização da prova, não será permitido ao candidato entrar e/ou permanecer no local de exame com armas ou aparelhos eletrônicos (agenda eletrônica, **bip**, gravador, **notebook**, **pager**, **palmtop**, receptor, telefone celular, **walkman**, **MP3 Player**, **Tablet**, **Ipod**, relógios com banco de dados, relógios digitais) e outros equipamentos similares, bem como óculos escuros, protetor auricular, sendo que o descumprimento desta instrução implicará na eliminação do candidato, caracterizando-se tentativa de fraude.

6.1. O candidato que estiver portando equipamento eletrônico, como os indicados no item 6, deverá desligá-lo, ter a respectiva bateria retirada e acondicionarlo em embalagem cedida para guarda, permanecendo nesta condição até a saída do candidato do local de realização das provas, sendo que o **Instituto Nossa Rumo** não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização da prova, nem por danos neles causados.

6.2. Na ocorrência do funcionamento de qualquer tipo de equipamento eletrônico durante a realização da Prova Objetiva, **mesmo acondicionado em embalagem cedida para guarda de pertences e/ou bolsa do candidato**, o candidato será automaticamente eliminado do Concurso Público.

6.2.1. A utilização de aparelhos eletrônicos é vedada em qualquer parte do local de prova. Assim, ainda que o candidato tenha terminado sua prova e esteja se encaminhando para a saída do local, não poderá utilizar quaisquer aparelhos eletrônicos, sendo recomendável que a embalagem não reutilizável fornecida para o recolhimento de tais aparelhos somente seja rompida após a saída do candidato do local de provas.

6.3. Durante a realização da prova, o candidato que quiser ir ao sanitário deverá solicitar ao fiscal da sala sua saída e este designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo o candidato manter-se em silêncio durante todo o percurso.

7. O **Instituto Nossa Rumo** recomenda que, no dia da realização da prova, o candidato não leve nenhum tipo de equipamento eletrônico ou objetos semelhantes.

8. Após a entrada do candidato na sala de prova e durante a realização da mesma, não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.

9. Não será admitido, durante as provas, o uso de boné, lenço, chapéu, óculos escuros, gorro ou qualquer outro acessório que cubra as orelhas do candidato, bem como vestimenta inadequada (trajando sunga, sem camisa, etc.).

10. Durante a realização das Provas não será permitida a permanência de acompanhantes nos locais designados.

10.1. Abrir-se-á uma exceção para a candidata que estiver amamentando. Neste caso, será necessária a presença de acompanhante que ficará em dependência indicada pela coordenação do certame e será responsável pela guarda da criança.

10.2. O acompanhante que ficará responsável pela criança se submeterá a todas as normas constantes no Edital do certame, inclusive no tocante ao uso de equipamento eletrônico e celular, bem como deverá apresentar um dos documentos previstos no subitem 4.1. para acessar e permanecer no local designado.

10.3. Caso não haja a presença de acompanhante responsável pela criança, a candidata não realizará a respectiva etapa do Concurso Público, ficando, automaticamente, excluída do certame.

11. O candidato deverá observar, também, as normas e os procedimentos para a realização das provas, estabelecidos no Edital Nº 01/2016 do Processo Seletivo, e suas retificações.

São Carlos, 06 de maio de 2016.

**MAURO MORAES**  
Diretor Presidente  
Prohab São Carlos

## ANEXO I

### PROHAB – PROGRESSO E HABITAÇÃO DE SÃO CARLOS CONCURSO PÚBLICO - N° 01/2016

#### Intervalo Alfabético de candidatos por cargo

O Instituto Nossa Rumo recomenda que os candidatos consultem seus locais de provas também na área do candidato, no site [www.nossorumo.org.br](http://www.nossorumo.org.br), conforme disposto no item 3.2. e seus subitens deste Edital de Convocação.

#### 201 Assistente Administrativo

Data da Prova:	15/05/2016	Local de Prova:	M01PR
Horário de apresentação:	08h00	E.E. PROF. SEBASTIÃO DE OLIVEIRA ROCHA	
De:	ACIR SILVA JUNIOR	Rua Padre Teixeira, 1260	
Até:	JUSSARA MARTINS DE SOUZA	São Carlos	SP

#### 201 Assistente Administrativo

Data da Prova:	15/05/2016	Local de Prova:	M02PR
Horário de apresentação:	08h00	Escola Estadual Conde do Pinhal	
De:	KAIÓ JARDIM DE ORNELLAS	Rua Francisco Bricscessi, 151	
Até:	RAFAEL HENRIQUE DE MOURA	São Carlos	SP

#### 201 Assistente Administrativo

Data da Prova:	15/05/2016	Local de Prova:	M03PR
Horário de apresentação:	08h00	Escola Estadual Professor João Jorge Marmorato	
De:	RAFAEL IAGO DA SILVA	Rua Vicente Pelicano, 360	
Até:	ZILDÉLIA GOMES DE ALENCAR	São Carlos	SP

#### 101 Motorista

Data da Prova:	15/05/2016	Local de Prova:	M04PR
Horário de apresentação:	08h00	E.E. Prof. José Juliano Neto	
De:	ADEMIR DORNELLES	Rua Major José Inácio, 3681	
Até:	WILTON HIROTOSHI MOCHIDA JUNIOR	São Carlos	SP

**102 Operador de Máquina Pesada**

Data da Prova: 15/05/2016  
 Horário da apresentação: 08h00  
 De: ADEILDO DE ALMEIDA  
 Até: VAGNER GREGÓRIO FERRAZ

Local de Prova: M04PR

E.E. Prof. José Juliano Neto  
 Rua Major José Inácio, 3681

São Carlos SP

**202 Técnico em Informática**

Data da Prova: 15/05/2016  
 Horário da apresentação: 08h00  
 De: ADRIANO DE SOUZA SANTOS  
 Até: YURI RICARDO ESPOSITO

Local de Prova: M04PR

E.E. Prof. José Juliano Neto

Rua Major José Inácio, 3681

São Carlos SP

**301 Assistente Social**

Data da Prova: 15/05/2016  
 Horário da apresentação: 08h00  
 De: BRUNA FERNANDA STAINÉ  
 Até: WILZA CARLA FREIRE DE ARAUJO

Local de Prova: M04PR

E.E. Prof. José Juliano Neto

Rua Major José Inácio, 3681

São Carlos SP

**302 Engenheiro Civil**

Data da Prova: 15/05/2016  
 Horário da apresentação: 08h00  
 De: ADRIANO CARVALHO DE LIMA  
 Até: WILSON CARDOSO DOS REIS

Local de Prova: M04PR

E.E. Prof. José Juliano Neto

Rua Major José Inácio, 3681

São Carlos SP

**303 Procurador Jurídico**

Data da Prova: 15/05/2016  
 Horário da apresentação: 08h00  
 De: AGATA FERNANDA DE SOUZA  
 Até: VANESSA CRISTINA MARQUES SOBREIRA BORGES CANHE

Local de Prova: M04PR

E.E. Prof. José Juliano Neto

Rua Major José Inácio, 3681

São Carlos SP

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO**  
**ÓRGÃO AUTUADOR 270790**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO**

Considerando o disposto no artigo 24 e seus incisos, da Lei Federal nº 9.503 de 23 de Setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro;

O Secretário de Transportes e Trânsito, no uso de suas atribuições, com fulcro no artigo 281 do Código de Trânsito Brasileiro, torna público, nos termos da Resolução do CONTRAN nº 404/12, a relação de Auto de Infração de Trânsito (AIT) validados e processados no período de 02/05/2016 a 05/05/2016, nesta Secretaria e notifica os proprietários dos veículos que, caso queiram, terão o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação, para oferecer defesa da autuação e/ou informar condutor infrator.

A informação de condutor infrator aqui autorizada somente é cabível quando este não tiver sido identificado na lavratura do auto de infração.

Placa	Ait	Cod. Infr	Data Infr	Placa	Ait	Cod. Infr	Data Infr
AIX7701	M490006820	74550	20/04/2016	AJY2056	Z480254256	52152	20/04/2016
AKM2238	Z480259986	54600	19/04/2016	AMF1239	Z480254428	51851	25/04/2016
AMH7514	M490006843	74550	20/04/2016	AMH7514	M490006914	74630	20/04/2016
APY6913	M490006872	74550	20/04/2016	AQI1223	F490001487	74550	21/04/2016
AQL3574	M490006703	74550	15/04/2016	AQV4183	Z480260022	55411	26/04/2016
AST19700	S490003973	74550	08/04/2016	ATY4001	M490006775	74550	19/04/2016
AXN3720	S490003977	60503	09/04/2016	AYX5452	M490006857	74550	20/04/2016
AZD1934	S490004011	60503	09/04/2016	BBB7431	S490003955	74550	08/04/2016
BEL0587	M490006848	74630	20/04/2016	BEW0495	M490006906	74550	20/04/2016
BFN7129	M490006924	74550	20/04/2016	BFZ9081	Z480254006	73662	20/04/2016
BGL1754	Z480260213	51851	25/04/2016	BUG12076	S490004054	60503	10/04/2016
BIU7733	M490006817	74550	20/04/2016	BIX4110	S490004295	60503	20/04/2016
BJI3307	S490004064	56732	10/04/2016	BKF5777	S490004313	74630	21/04/2016
BKJ2513	M490006707	74550	15/04/2016	BKJ6670	Z480254361	51930	24/04/2016
BKJ6670	Z480254362	51851	24/04/2016	BKK8575	M490006925	74630	20/04/2016
BKK9349	S490004174	60503	16/04/2016	BKM4726	S490004020	60503	09/04/2016
BKM4914	S490004250	60503	18/04/2016	BKM4914	S490004252	60503	18/04/2016
BKM4914	S490004273	60503	19/04/2016	BKN1696	Z480258315	51930	23/04/2016
BKN1921	Z480260353	54526	27/04/2016	BKN4653	Z480254426	51851	25/04/2016
BKN4841	Z480260084	54522	26/04/2016	BKN6264	S490003980	56732	09/04/2016
BKN6264	S490004164	60503	16/04/2016	BKN6572	F490001500	74630	21/04/2016
BKN7226	S490003958	60503	08/04/2016	BLZ1012	F490001476	74550	20/04/2016
BMN4911	M490006875	74550	20/04/2016	BMN9900	F490001506	74550	21/04/2016
BMO1709	S490004281	60503	19/04/2016	BMP6635	M490006782	74550	19/04/2016
BNN2603	S490004276	60503	19/04/2016	BON0894	M490006889	74550	20/04/2016
BOU4221	M490006904	74550	20/04/2016	BPP6009	S490004036	60503	09/04/2016
BPX5407	S490003963	60503	08/04/2016	BQI4700	S490004110	56732	11/04/2016
BQL5353	S490004265	56732	18/04/2016	BQQ9637	M490006880	74550	20/04/2016
BOX4557	S490004019	60503	09/04/2016	BRI2484	S490004191	60503	17/04/2016
BST9908	M490006855	74550	20/04/2016	BTB9235	S490004075	60503	10/04/2016
BTM5746	S490004071	60503	10/04/2016	BTM8003	Z480257559	73662	25/04/2016
BTM8794	F490001494	74550	21/04/2016	BTM8825	F490001499	74550	21/04/2016
BTP4515	Z480254286	55415	24/04/2016	BUI4854	M490006826	74550	20/04/2016
BUJ9165	M490006702	74550	15/04/2016	BUI9520	F490001461	74550	16/04/2016
BUJ9770	S490004178	60503	16/04/2016	BVI1234	M490006706	74630	15/04/2016
BVN8724	Z480260358	55250	27/04/2016	BWR5675	S490004053	60503	10/04/2016
BWR6304	M490006705	74550	15/04/2016	BXR6912	Z480258242	73662	19/04/2016
BZE2319	M490006887	74550	20/04/2016	BZT1801	Z480256504	55680	15/04/2016
BZT2301	Z480260246	51851	28/04/2016	BZT2751	S490004162	60503	16/04/2016
BZT2751	Z480257748	51851	21/04/2016	BZT3894	S490004023	60503	09/04/2016
BZT4838	S490004249	60503	18/04/2016	BZT4943	S490004109	60503	11/04/2016
BZT5435	S490004022	60503	09/04/2016	BZW825	S490004236	60503	17/04/2016











